

INCLUSÃO ESCOLAR: PONTOS E CONTRAPONTO,
DE VALÉRIA AMORIM ARANTES (ORGANIZADORA).

SÃO PAULO: SUMUS, 2006, 103 P.

Alexandre de Campos

Mestrando no Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais pela

Universidade Nove de Julho (Progepe/Uninove).

campos.alexandre@uol.com.br

Este livro faz parte do acervo de obras referentes ao *Programa Nacional Biblioteca na Escola – Educação Especial – PNBE Esp/2008*, composto também por obras de literatura infantil, juvenil e de orientação pedagógica. Foi organizada por Valéria Amorim Arantes e escrita por Maria Teresa Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli Prieto. A divisão da obra contemplou a “Apresentação”, realizada pela organizadora, e partes I, II e III.

A obra trata da inclusão escolar e do diálogo em torno do assunto sobre as questões candentes no universo educacional. Ela nos remete a uma reflexão sobre nossas próprias crenças e práticas, que muitas vezes acabam por nos distanciar de uma

escola e de uma sociedade inclusivas.

A apresentação, escrita por Valéria Amorim Arantes, aguça a curiosidade do leitor, à medida que aborda as questões da inter, trans e multidisciplinaridade no âmbito da inclusão escolar. Aborda o diálogo como o melhor caminho para transitar as fronteiras difusas da escolar, que tanto preocupam os educadores; e também a questão da redefinição de fronteiras estabelecidas entre os campos do conhecimento que sustentam as pesquisas e as práticas da educação.

Na parte I da obra, intitulada *Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha*, Maria Teresa Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli Prieto abordam, na Introdução, o desafio de se encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas instituições educacionais e ressalta que existem vários pontos polêmicos acerca do assunto no tocante às inovações propostas pelas políticas educacionais e pelas práticas escolares que envolvem o ensino regular e especial.

Mais adiante, no subtítulo *A questão igualdade-diferenças* as autoras versam sobre a questão de a inclusão escolar estar associada a movimentos sociais mais amplos, os quais exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso aos bens e serviços. Fazem duras críticas ao sistema, à medida que afirmam que “...as nossas sociedades democráticas estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, contudo, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular” (p. 17).

Segundo as autoras, fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la sumariamente às situações discriminadoras, mas sim deve haver um entendimento mais profundo da questão de justiça. Segundo elas,

o que torna a questão da inclusão justa ou injusta não são as maneiras pelas quais as instituições educacionais fazem uso delas, mas sim a combinação do princípio de igualdade e oportunidades com o de diferença, formando assim uma igualdade democrática.

Ainda na Parte I, no subtítulo *Fazer valer o direito à educação no caso de pessoas com deficiência*, as autoras retratam a realidade da educação frente a democratização do ensino. A dificuldade de se garantir a educação de qualidade para todos é evidente e agravada com questão da inclusão, com grande quantidade de alunos para atender. Segundo elas, o ensino brasileiro ainda é privilégio de poucos, independente do nível, essa realidade é presente em escolas públicas ou privadas. Criticam ainda o fato de a inclusão ser mal compreendida nas escolas comuns e especiais, pois não garantem condições satisfatórias aos alunos que necessitam de necessidades e cuidados especiais. Fazem uma crítica de que embora a Constituição de 1988 apoie a necessidade de reconstruir a escola brasileira sob novos enfoques educacionais, na prática isso não ocorre.

As autoras abordam ainda que falta às escolas especiais e às instituições para pessoas com deficiência, a compreensão do papel formador da escola comum, que jamais seria exercido em um meio educacional segregado e que as escolas especiais se descaracterizaram e perderam sua identidade.

Por fim, as autoras esclarecem que o direito aos alunos com necessidades de educação especial deve ser atendido e assegurado em classes comuns nas escolas, mas jamais como um direito meramente traduzido em obrigação.

A Parte II, intitulada *Pontuando e contrapondo* apresenta um diálogo entre Maria Teresa Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli Prieto. Trata-se de perguntas e respostas sobre a obra, a fim de esclarecer questões que, porventura, não tenham ficado claras aos leitores.

A Parte III, intitulada *Entre pontos e Contrapontos* apresenta diálogo semelhante, porém, desta vez envolvendo as autoras Maria Teresa Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli Prieto, além da organizadora da obra, Valéria Amorim. Todas as perguntas são voltadas a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas, conforme a Constituição Federal, além de questionamentos sobre inclusão e integração escolar.

O tema é de muita controvérsia e inclusão escolar tem muito a evoluir no Brasil e é tratado nesta obra de forma clara e objetiva, com linguagem de fácil entendimento, o que possibilita que qualquer leitor possa compreendê-la. Tem, portanto, muita amplitude e importância para a sociedade, à medida que aborda um tema cheio de preconceitos, controvérsias e dilemas. Além das abordagens teóricas traz perguntas e respostas que possivelmente os leitores estarão se fazendo durante a leitura, o que complementa a explanação. Por esses motivos, indico a obra a todos que queiram conhecer mais sobre o assunto e, principalmente aos profissionais da educação.